ELEIÇÃO DE SENADOR NA VAGA DO PADRE DOMINGOS DA MOTA TEIXEIRA

JOSÉ MARCELO PINTO

Conforme escolha de D. Pedro I, através do decreto de 22 de janeiro de 1826 (1) e cartas imperiais expedidas a 19 de abril de 1826, os primeiros representantes da Província do Ceará, no Senado do Império, foram João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg, então Visconde com grandeza de Aracati — Marquês do mesmo título, a 12 de outubro de 1826 (2), João Antônio Rodrigues de Carvalho, Pedro José da Costa Barros e o Padre Domingos da Mota Teixeira (3).

Reuniu-se o Senado, em sessão preparatória, no dia 29 de abril de 1826, presentes trinta senadores (4), sendo aclamados para presidente e secretário, respectivamente, os Viscondes de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida) e de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes).

Constituíram-se, então, duas comissões: uma encarregada de dar parecer sôbre a validade das cartas imperiais apresentadas pelos senadores (5) e outra para elaborar o projeto de regimento interno (6).

A sessão imperial de instalação da Assembléia Geral, em obediência a preceito constitucional, realizou-se a 6 de maio seguinte, tendo o monarca proferido um discurso de saudação aos representantes da Nação.

No dia 8 seguinte, iniciava a Câmara Vitalícia a sua primeira legislatura, estando presentes trinta e um senadores, sendo os trabalhos encerrados a 6 de setembro, presidida a sessão pelo Visconde de Santo Amaro.

Em 1827, na segunda sessão da primeira legislatura, o senado elegeu para presidente D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo Capelão-Mor (7), e, em 11 de maio, cuidava da ausência do Visconde da Pedra

Branca (8) e do Padre Domingos da Mota Teixeira, decidindo que os mesmos deviam ser chamados a assumir os seus cargos (9).

O Vigário de Icó permanecia na sua cidade, velho e doente. Desfrutava de largo prestígio e participava da política da Província. Envolvera-se na revolução de 1817, mas de há muito estava nas graças do poder. Não solicitara a eleição (14 de dezembro de 1825). Recusou o exercício das elevadas funções (10).

Antônio de Sales Nunes Belfort governava o Ceará (11). Não era homem de atitudes, deixando que o partido situacionista ("corcundas") se dividisse face às disputas e rivalidades do tenente-coronel Conrado Jacó Neimayer e Manuel do Nascimento Castro e Silva (12), deputado à Assembléia Geral. Êste pretendia a vaga, mas o todo-poderoso chefe da Comissão Militar, que desfrutava de decisiva influência, apoiava, em familiar, o cônego Manuel Inácio de Carvalho Mendonça, lente do seminário de Olinda de cujo bispado era provisor.

Entretanto, a disputa enfraqueceu os dois candidatos, do que se aproveitou o Govêrno Imperial para impor o nome do marechal João Vieira de Carvalho, já então agraciado com os títulos de Barão e Conde de Lages (seria Marquês por decreto de 25 de março de 1845) e pessoa muito ligada a D. Pedro I a quem servia desde os tempos da Regência (12-A).

A luta pela vaga foi acirrada. João Brígido extravasa maledicência no relato dos acontecimentos, fazendo, inclusive, insinuações contrárias ao caráter de José Martiniano Alencar, que descreve todo inclinado ao tenente-coronel Conrado, figurando muita gratidão por haver sido absolvido, sem incompatibilizar-se com a família Castro, dirigida pelo capitão-mor Joaquim José Barbosa (Eleições Senatoriais do Ceará").

A eleição foi em 1828, em dias diferentes, nos cinco colégios da Província — Fortaleza, Crato, Aracati, Sobral e Icó —, com o resultado seguinte:

Manuel Inácio de Carvalho Mendonça	110 votos
Manuel do Nascimento Castro e Silva	91 "
João Vieira de Carvalho	74 "

A êsse tempo, D. Pedro I governava com o seu 10º ministério (13) e escolheu João Vieira de Carvalho, cujos adversários foram bater às portas do Senado, através de duas representações de Joaquim José Barbosa, deputado à Assembléia Geral, que impugnava o ato do soberano sob alegação de faltar a Ata Geral das eleições e subôrno nos colégios eleitorais (14).

No Comissão de Constituição (15) teve acolhida a argüição de nulidade, sendo exigida a apresentação da Ata Geral. Em plenário, o parecer recebeu emenda do Marquês de Maricá, no sentido de ser con-

siderada nula a nomeação (16), fazendo-se nova eleição, iniciativa reiterada, mais tarde, pelo Senador José Inácio Borges (17).

Eram poderosos os inimigos do Sr. Conde de Lages! Nem as aparências foram salvas, no sentido de se diminuir a intensidade dos golpes vibrados: além da falta da Ata Geral, confessada pelo próprio Ministro do Império (José Clemente Pereira), o Senado acreditava, sem exame mais atento, no subôrno das eleições (18).

Tornada sem efeito a nomeação, sòmente a 1º de abril de 1829, na 2a. sessão preparatória da convocação extraordinária da Assembléia Geral, feita por decreto de 9 de fevereiro daquele ano, foi apresentada a nova Carta Imperial, sendo o Conde de Lages empossado na mesma sessão. E, da deputação que o introduziu no recinto, fêz parte — ironia do destino! — o Marquês de Maricá (os outros foram o Barão de Itapoã (19) e Francisco dos Santos Pinto).

Por fim, um reparo a João Brígido ("Eleições Senatoriais do Ceará"): em 1828, o Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa) não era Presidente do Senado.

Era a Câmara Vitalícia presidida, desde 1827, por D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor da Côrte, reeleito em 1828 e 1829. Em 1826, as elevadas funções fôram exercidas pelo então Visconde de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida).

---

1. Referendado pelos ministros do 8º Gabinete (21 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827), dos quais cinco foram contemplados com idênticas nomeações:
José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo a 12 de outubro de 1826), da pasta do Império, representaria São Paulo; Antônio Luís Pereira da Cunha (Visconde com grandeza e Marquês de Inhambupe — decretos de 12 de outubro de 1824 e 1826), da pasta dos Estrangeiros, representaria Pernambuco;
José Joaquim Carneiro de Campos (1º Visconde com grandeza de Caravelas, e Marquês do mesmo título a 12 de outubro de 1826), da pasta da Justiça, representaria a Província da Bahia;
Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1º Visconde com grandeza e 1º Conde de Baependi, mais tarde Marquês do mesmo título, por decreto de 12 de outubro de 1826), na pasta da Fazenda, representaria Minas Gerais;
Francisco Vilela Barbosa (1º Visconde com grandeza e 1º Marquês de Paranaguá, por decretos de 12 de outubro de 1824 e 1826), da pasta da Marinha, representaria o Rio de Janeiro;
João Vieira de Carvalho (1º Barão e 1º Conde de Lajes, seria Marquês do mesmo título, por decreto de 25 de março de 1845), ministro da Guerra, seria nomeado na vaga do Padre Domingos da Mota Teixeira, representando o Ceará.

2. Insurge-se João Brígido ("Eleições Senatoriais do Ceará") contra a nomeação de João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg: "Nome esquecido na Província desde 1808". Mas a verdade é que se tratava de homem de elevado valor e grande prestígio, antigo capitão-general da ex-Capitania e cheio de bons serviços em Mato Grosso e Goiás (Conde de Baependi, "Notícia dos Senadores do Império do Brasil").

3. Serviram de base às nomeações as seguintes listas:

João Antônio Rodrigues de Carvalho	197 votos
Domingos da Mota Teixeira	169 "
Pedro José da Costa Barros	139 "
Manoel Felipe Gonçalves	108 "
Antônio Joaquim de Moura	105 "

Antônio de Castro Viana	96	"
José Raimundo de Passos Porbem Barbosa	92	"
João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg	83	"
Marcos Antônio Brício	76	"
Gervásio Pires Ferreira	73	"
Mariano Gomes da Silva	68	"
Antônio José Moreira	65	"

Por um lapso, João Brígido omitiu o nome de Mariano Gomes da Silva (ver "Eleições Senatoriais do Ceará", cit.).

4. Do Ceará, compareceram dois: João Antônio Rodrigues de Carvalho e João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg. Sòmente na segunda sessão da primeira legislatura, a 7 de maio de 1827, Pedro José da Costa Barros tomaria posse ("Anais do Senado do Império", tomo I, de 1827, pág. 14, ed. de 1910).

5. Foram seus membros: Viscondes de Inhambupe, Baependi, Caravelas, Barão de Valença e João Antônio Rodrigues de Carvalho ("Anais do Senado do Império", cit., tomo I, 1826, pág. 7).

6. Viscondes de Caravelas e de Inhambupe, Barão de Alcântara e João Antônio Rodrigues de Carvalho ("Anais do Senado do Império", tomo I, de 1826, ed. de 1878, pág. 7).

7. A mesa ficou assim constituída:

Presidente	D. José Caetano da Silva Coutinho.
Vice-presidente	Antônio Luís Pereira da Cunha, já Marquês de Inhambupe.
1º secretário	Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo.
2º "	José Joaquim de Carvalho.
3º "	Luís José de Oliveira Mendes
4º "	Bento Barroso Pereira.

(Ver "Anais do Senado do Império", cit., tomo I, de 1827, pág. 7).

8. Domingos Borges de Barros , Visconde da Pedra Branca, representava a Província da Bahia, mas se encontrava desempenhando missão diplomática em Paris (Ofício do Visconde de São Leopoldo, Ministro do Império, de 14 de maio de 1827, ao Visconde de Congonhas do Campo, 1º Secretário do Senado).

9. Ofício do Visconde de Congonhas do Campo, datado de 11 de maio de 1827, ao Visconde de São Leopoldo, Ministro do Império ("Anais do Senado do Império", cit., tomo I, de 1827, pág. 58).

10. 108ª. sessão do Senado, em 22 de setembro de 1827
Resoluções do Senado
"Ilmo. e Exmo. Sr.
"Reconhecendo o Senado a legitimidade dos impedimentos alegados por Domingos da Mota Teixeira, nomeado Senador pela Província do Ceará e havendo-o dispensado do exercício do referido cargo; me ordena que assim o participe a V. Excia. para o levar ao conhecimento de S. M. o Imperador, a fim de se mandar proceder a nova eleição de pessoa que preencha aquela vaga.
"Deus guarde a V. Excia.
"Paço do Senado, em 22 de setembro de 1827
(a) Visconde de Congonhas do Campo
"Sr. Visconde de São Leopoldo ("Anais do Senado do Império", cit., tomo III, de 1827, pág. 23).

11. 3º Presidente, empossado a 4 de fevereiro de 1826, deixando a administração a 2 de janeiro de 1829, quando assumiu o Vice-Presidente José Antônio Machado (João Brígido, "Efemérides do Ceará", na Rev. Trimestral do Inst. do Ceará, tomo XIV, págs. 185-186).

12. Sua ascendência política firmou-se com a Regência Trina Permanente, quando foi nomeado ministro da fazenda do Gabinete de 13 de setembro de 1832, mantendo-se no cargo nas composições ministeriais de 16 de janeiro e 14 de outubro de 1835 (já na regência de Diogo Antônio Feijó), 5 de fevereiro e 1º de novembro de 1836 (Max Fleuiss, "Hist. Administrativa do Brasil", págs. 180 a 183). Com a Maioridade, alcançou o cobiçado cargo de Senador, nomeado por Carta Imperial de

17 de novembro de 1841, na vaga de João Antônio Rodrigues de Carvalho, falecido a 4 de dezembro de 1840. Na lista tríplice, concorrera ao lado de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva e José Ferreira Lima Sucupira (Afonso Taunay, "O Senado do Império", pág. 195).

12-A. Foi Ministro da Guerra em diversos Gabinetes do 1º Império: 4º (16 de janeiro de 1822 a 17 de julho de 1823); 5º (17 de julho a 10 de novembro de 1823); 6º (10 de novembro de 1823 a 21 de janeiro de 1826); 7º (21 de novembro de 1825 a 21 de janeiro de 1826); 8º (21 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827); 9º (15 de janeiro a 20 de novembro de 1827); e 13º (5 a 7 de abril de 1831). (Ver Max Fleuiss cit., págs. 142 a 149).

13. De 20 de novembro de 1827 a 4 de dezembro de 1829, assim constituído:

Império — Pedro de Araújo Lima.
José Clemente Pereira, a partir de 15 de junho de 1828.
Estrangeiros — João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg (Marquês de Aracati).
Justiça — Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. José Bernardino Batista Pereira, a partir de 25 de setembro de 1828. Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, a partir de 22 de novembro de 1828.
Fazenda — Miguel Calmon Du Pin e Almeida. José Bernardino Batista Pereira, a partir de 28 de junho de 1828. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, a partir de 25 de setembro de 1828.
Marinha — Diogo Jorge de Brito (alm.)
João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg (Marquês de Aracati), a partir de 30 de maio de 1828. Miguel de Sousa Melo e Alvim (alm.), a partir de 16 de janeiro de 1829.
Guerra — Bento Barroso Pereira.
Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e Alvim, a partir de 15 de junho de 1828. Joaquim de Oliveira Álvares (gen.), em 24 de junho de 1828. José Clemente Pereira, em 5 de agôsto de 1829. Sôbre êste ministério, é interessante o registro do Barão do Rio Branco ("Efemérides Brasileiras", pág. 547): "Pela primeira vez, foram chamados membros da Câmara dos Deputados para os Conselhos da Coroa".

14. "Anais do Senado do Império", tomo II, da 1ª. legislatura de 1828, págs. 71 e 77.

15. Marqueses de Inhambupe, Santo Amaro, Caravelas, Maricá e Queluz.

16. "Proponho que se declare ao Govêrno que a lista tríplice é imperfeita, inconstitucional, e, portanto, imprópria para servir na nomeação do Senador pela Província do Ceará, devendo-se proceder à nova eleição na dita Província; e igualmente que se remeta a Denúncia dada pelo Deputado Barbosa para que o Govêrno mande proceder aos exames e averiguações que o caso exige". (83ª. sessão do Senado, em 19 de agôsto de 1828, nos "Anais do Senado do Império", tomo II, de 1828, pág. 174).

17. 95ª. sessão do Senado, em 1º de setembro de 1828, "Anais", cit.

18. Parecer das Comissões conjuntas de Constituição e Diplomacia e Poderes, sendo relator o Marquês de Inhambupe.

19. José Joaquim Nabuco de Araújo, Senador pela Província do Pará, nomeado em 1826. Faleceu a 20 de abril de 1840 (Barão de Vasconcelos, "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", ed. de 1918, págs. 218-219).